

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA - 2022

NOTAS EXPLICATIVAS

NÚMERO DE ORDEM	NOTA
1	Constituída pelas receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes
2	são os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. É receita privativa das entidades investidas do poder de tributar: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em que, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, também é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
3	As contribuições são tributos que possuem uma finalidade específica. Portanto, essas cobranças são estabelecidas para solucionar uma demanda já existente.É o ingresso proveniente de contribuições sociais e para financiamento de iluminação pública
4	Ingresso proveniente da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, ou seja, de participação societária
5	É o ingresso proveniente da prestação de serviços de atividades comerciais, financeiras, de transporte, de saúde, de comunicação, de armazenagem, e serviços científicos e tecnológicos de metrologia e outros serviços
6	São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objeto seja a aplicação em despesas correntes
10	são os ingressos correntes provenientes de outras origens, não classificáveis nas anteriores
11	são as receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital
12	são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital
14	somatório de toda receita orçamentária arrecadada em 2021, somado os valores corrente e os valores de capita
15	Gastos de manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, subvenções a entidades (para gastos de custeio) e transferência a entes públicos (para gastos de custeio).
16	Grupo de natureza da despesa (GND) 1 que inclui a despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público, quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador, como folha de pagamento dos cargos de provimento efetivo; comissão, contratos por tempo detrerminado, terceirizações, locação de mão de obras, e todos os encargos sociais que possam lhe gerar: INSS, FGTS, PASEP, etc
17	Grupo de natureza da despesa (GND) 3 em que se computam os gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, arrendamento mercantil, auxílio alimentação; são despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica ?Despesas Correntes? não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
19	Gastos para a produção ou geração de novos bens ou serviços que integrarão o patrimônio público, ou seja, que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São exemplos: execução de obras e compra de instalações, equipamentos e títulos representativos do capital de empresas ou de entidades de qualquer natureza.
20	despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização
21	representa os pagamentos do principal, ou seja, do valor original que foi tomado emprestado pelo governo, acrescido de atualização monetária, destacando aqui, pagamento do parcelamento previdenciário
22	separação de um montante de recursos (dotação orçamentária global) no orçamento do município que poderá ser utilizado em situações imprevistas definidas na legislação. Consoante disposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, a reserva de contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevistos (art. 5º, III, b).
23	registro das despesas correspondem à aquisição ou formação de novos bens ou adicionam novo valor aos já existentes. São as despesas relacionadas com planejamento e execução de obras; com a aquisição de imóveis que são considerados necessários para realização destas obras, compra de instalações, equipamentos, material permanente; constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.
24	Receitas orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício, constituem elemento novo para o patrimônio público e aumentam-lhe o saldo financeiro. São fonte de recursos por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas
25	é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito das competências de atuação do órgão ou entidade.
26	processo de vinculação entre a origem e destino de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei. Há, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de EMPRÉSTIMOS e de FINANCIAMENTOS. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica ? e à realização dessa finalidade deverão ser direcionados.
28	retrata as movimentações financeiras entre banco, caixa e equivalentes, afim de gerir seus dispêndios orçamentários
29	contempla toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e não constitua renda do Município. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade
30	são as despesas em que o credor já cumpriu as suas obrigações, dentro do exercício em que ocorreu o registro do empenho, portanto direito líquido e pleno de realizar a quitação, que segue para dispêndio no exercício seguinte
31	despesas que dependem do possível credor executar o objeto pactuado, visto que o direito não foi apurad
32	corresponde ao registo de trânsito de despesas que não pertencem ao setor público, apenas transitam por ele, como consignções do INSS, imposto de renda retido na fonte, ISSQN, empréstimo, contribuição sindical, dentre outros descontos que o poder público tem a obrigação de recolher e repassar ao seu respectivo credor de direito.
33	compreende o somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa: saldo em Banco, inclusive Aplicações Financeiras do exercício 2021
34	Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.
35	Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.

36	Despesa pública que depende de autorização legislativa para sua realização, por meio da LOA ou de Créditos Adicionais. É o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos, tais como despesas de pessoal, custeio, manutenção e ampliação dos serviços públicos prestados à sociedade.
37	retrata as movimentações financeiras entre banco, caixa e equivalentes, afim de gerir seus dispêndios orçamentários
38	Despesa que não precisa de autorização legislativa para ser realizada, ou seja, que não integra o orçamento público. São exemplos: devolução de caução, resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e pagamento de restos a pagar.Compreendem os desembolsos de recursos de terceiros em poder do ente público e outras operações independentes da execução orçamentária
39	pagamento das despesas empenhadas e liquidadas no exercício financeiro que antecede 2021, e que foram pagas durante o ano de 2021
40	reconhecimento da execução do bem/serviço ou material entregue e pagamento de despesas empenhadas, porém não atestadas, vindas de exercícios financeiros que antecedem 2021
41	Neste grupo estão consolidados os saldos bancários das contas correntes, poupança, aplicações financeiras e caixa da Prefeitura, valores em moeda nacional que ficaram no término do exercício financeiro de 2022.
42	compreende valores reembolsáveis ao órgão, pagos em exercício anterior na forma de salário família e ou maternidade, e ser ressarcido por meio da previdencial social no fim do exercício financeiro de 2022.
43	Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis no curto prazo.
44	Neste grupo estão consolidados os saldos bancários das contas correntes, poupança, aplicações financeiras e caixa do ente municipal e os cnpj s a ele vinculado, valores em moeda nacional.
45	Compreende os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, neste caso, conta-se sob os valores do salário família e salário maternidade a compensar em pagamento dos encargos previdenciários
46	nesta linha estão as inscrições de dívida ativa a curto prazo dos impostos, taxas e contribuições dos credores em aberto com o poder público municipal, DIVIDA ATIVA CURTO PRAZO - IPTU R\$ 114,56/DIVIDA ATIVA CURTO PRAZO - ITBI R\$ 12.600,00/DIVIDA ATIVA CURTO PRAZO - ISSQN R\$ 6.500,85/DIVIDA ATIVA CURTO PRAZO - TAXAS R\$ 1.950,00/DIVIDA ATIVA CURTO PRAZO - HABITE SE R\$ 530,00
47	Compreende o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado e o intangível
48	Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. Segregados em bens móveis e imóveis, depreciados pela diminuição do valor decorrente do desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. o ente nao possui norma própria para amortizar depreciar, ou exaurir seus bens, assim sendo, mantendo inerte a movimentação dos seus valores.
49	são aqueles que podem ser movimentados de um lugar para outro (por movimento próprio ou força alheia) sem dano à sua estrutura.Eles não precisam de escritura pública, nem incide sobre eles cobrança de imposto de transmissão de bens
50	Na Contabilidade, a depreciação, amortização ou exaustão é a perda de valor do ativo durante o tempo que ele vai ser utilizado pela empresa, antes de precisar ser descartado e substituído por um novo. Depreciação Fenômeno contábil que expressa a perda de valor que os valores imobilizados de utilização sofrem no tempo, por força de seu emprego na gestão. Conceitua-se a depreciação como sendo a diminuição do valor dos bens corpóreos que integram o ativo permanente, em decorrência de desgaste ou perda de utilidade pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. O encargo da depreciação poderá ser computado como custo ou despesa operacional, conforme o caso. A depreciação dos bens utilizados na produção será custo, enquanto a depreciação dos demais bens há de ser registrada como despesa operacional. O valor da depreciação acumulada não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem a que se refere corrigido monetariamente. O mesmo se aplica à amortização e à exaustão. Os encargos de depreciação dos bens do ativo imobilizado que tenham ocorrido durante a fase pré-operacional serão escriturados no ativo diferido para posterior amortização, no prazo mínimo de cinco anos e no máximo de dez anos. Não é admitido o registro de quota de depreciação em relação aos seguintes bens: Terrenos, salvo em relação aos melhoramentos e construções; Prédios e construções não alugados nem utilizados por seu proprietário na produção de seus rendimentos ou imóveis destinados à venda; Bens que normalmente aumentam de valor com o tempo, como obras de arte ou antiguidades; Bens em relação aos quais seja registrada quota de exaustão.Amortização Eliminação gradual e periódica do ativo de uma empresa, como encargos do exercício, das imobilizações financeiras ou imateriais. A depreciação concerne à perda de valor de coisas materiais, como máquinas, móveis etc., e a amortização destina-se apenas a apontar perda de valor de coisas imateriais ou de imobilizações financeiras. São objeto de amortização: despesas gerais de instalação, aviamentos, dívidas a longo prazo etc. A amortização dos componentes do ativo diferido está sujeita a dois prazos: a) um mínimo, de cinco anos, para fins fiscais; b) um máximo, de dez anos, que é aplicável a todas as pessoas jurídicas que possuam escrituração contábil regular. Exaustão Fenômeno patrimonial que caracteriza a perda de valor que sofrem as imobilizações suscetíveis de exploração e que se esgotam no correr do tempo, como, por exemplo, as reservas minerais e vegetais (bosques, florestas, jazidas etc.). Corresponde à perda de valor decorrente da exploração de recursos minerais ou florestais ou de bens aplicados nessa exploração.ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. o valor que segue em registro foi realizado pelo poder legislativo, entretanto, formalmente, não informado ao poder executivo de que bem se trata a realização desse lançamento, impossibilitando a catalogação do mesmo.
51	são aqueles que estão vinculados ao solo e não podem ser removidos do seu lugar sem destruição ou dano à sua estrutura. Também podem ser chamados de bens de raiz. Edifícios, construções, terrenos.esses bens necessitam de escritura pública, registro no Cartório de Registro de Imóveis e incide sobre eles o imposto de transferência
52	O Ativo financeiro é composto por contas, tais como: Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras, Poupanças, Adiantamento de Salário-família, Impostos a Recuperar/Compensar, Contribuições Recuperar/Compensar e etc. Compreendem os BENS, CRÉDITOS e VALORES, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
53	O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
54	Compreende os passivos exigíveis ATÉ DOZE MESES da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, independentemente do prazo de exigibilidade.Os saldos deste grupo de contas devem ser evidenciados na Demonstração da Dívida Flutuante - Anexo 17 da Lei 4.320/64.
55	Compreendem as OBRIGAÇÕES junto a FORNECEDORES de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.
56	As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas consignações.O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante
57	Compreende os passivos exigíveis APÓS DOZE MESES da data das demonstrações contábeis. Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.
58	Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios ao qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.Neste caso, compreende o debito em parcelamento previdenciário, conforme consta em extrato de dívida e inscrição da dívida fundada
59	compreende os valores inscritos da lista de precatórios expedida pelo tribunal de justiça dos estado do rio grande do norte
60	esta linha registra o valores após todas as variações que afetaram o patrimonio do ente, seja de forma positiva ou negativa, com ingressos e dispêndios; sendo o saldo remanescente de todos os atos de caráter patrimonial
64	O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.
65	O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
66	Patrimônio Líquido, Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

67	Segundo a Lei 4.320/64, artigo 104, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.Compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários.
68	são fatos contábeis que provocam redução do patrimônio líquido da entidade, portanto são fatos modificativos diminutivo
81	Demonstra os valores que ingressaram como receitas
82	É a arrecadação de tributos ? impostos, taxas e contribuição de melhoria ? e respectivos adicionais.
83	Receitas provenientes da fruição de patrimônio pertencente ao ente público, tais como as decorrentes de aluguéis, dividendos, compensações financeiras/royalties, concessões, entre outras.
84	A receitaé origináriaquando for decorrente da exploração, pelo Estado, de seu próprio patrimônio. Por outro lado, a receita é derivada se vem da exigência sobre o patrimônio de um particular.
85	transferências recebidas da União e Estado, entre outros não classificados como investimento ou financiamento.
86	As contas Outros Ingressos Operacionais compreendem valores que não transitam pelo orçamento, no entanto, afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, como por exemplo, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados e Outros Recebimentos/Pagamentos Extraorçamentários, destaca-se Repasses Recebidos, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Outros Recebimentos Extraorçamentários
87	valores das aplicações financeiras, excetuando a entidade prefeitura, contemplando os fundos de saude e assistencia social
88	desembolsos são evidenciados pelo pagamento, ou seja, a efetiva saída de caixa e equivalente a caixa. Neste caso, o controle dessas informações é efetuado pelas contas de natureza de informação orçamentárias, que apresentam as despesas do exercício e restos a pagar pagos no exercício vigente.
90	despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do artigo 18 da Lei Complementar 101, de 2000.també, contemplado as despesa despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, vale-alimentação, vale-transporte, despesas com a contratação temporária para atender à necessidade de excepcional interesse público, quando não se referir à substituição de servidores de categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro de pessoal, além de outras da categoria econômica ?despesas correntes? não classificáveis nos grupos anteriores
91	desembolsos são evidenciados pelo pagamento, ou seja, a efetiva saída de caixa e equivalente a caixa. Neste caso, o controle dessas informações é efetuado pelas contas de natureza de informação orçamentárias, que apresentam as despesas do exercício e restos a pagar pagos no exercício vigente.
92	Despesas orçamentárias realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, mediante contrato de rateio, objetivando a execução dos programas e ações dos respectivos entes consorciados, observado o disposto no § 1º do art. 11 da Portaria STN nº 72, de 2012
93	Corresponde à despesa orçamentária paga de atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos decorrentes CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO; Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo; os outros créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores tais como salário família e maternidade; os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositaria, exigíveis no curto prazo como INSS, IRRF, ISSQN, EMPRESTIMOS BANCARIOS, SINDICATOS, etc; o valor das transferências financeiras concedidas e correspondência de créditos em virtude da execução orçamentária (cota, repasse e sub-repasse)
94	agrupa todos os bens de permanência duradoura que são Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc; Despesas orçamentárias com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.
95	Despesas orçamentárias com a amortização efetiva do principal da dívida pública contratual, interna e externa
96	compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. esses valores referem-se ao ano de 2021 para início de 2022.
97	compreendem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. esse numerário tem referencia ao encerramento de 2022.
98	são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços